



DESTAQUES DA IMPRENSA

NOVOS RUMOS DO SOCIALISMO

O mundo capitalista revela sinais inequívocos de surpresa, espanto e perplexidade com os acontecimentos recentes na Europa do Leste. Para muitos, é o fim do marxismo-leninismo e do socialismo. Há um clima generalizado de triunfalismo, de simpatia cautelosa e de "acerto de contas". Alguns se preocupam com a "incorporação" do campo socialista europeu ao capitalismo. Ora se entende isto como mais um "fardo" problemático a ser carregado (além do Terceiro Mundo), ora como oportunidades novas de investimentos e, portanto, de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Aqueles, no entanto, que freqüentam a literatura marxista e que acompanham, seja por que motivo for, o desenvolvimento histórico do socialismo, enxergam a coisa por outro prisma. Na verdade, quem se der o trabalho e o capricho de estudar o marxismo não pode se surpreender e nem se espantar tanto assim com os acontecimentos que ora empolgam a União Soviética e o Leste europeu socialista. Logo na criação da própria União Soviética (1917-1921), já encontramos em germe toda uma discussão e toda uma prática política travadas dentro do socialismo europeu e que, àquela época, já antecipavam, como meridiana clareza, os prováveis e possíveis caminhos do socialismo, tanto dentro da URSS como no mundo, nas décadas que se seguiriam. Referimo-nos aos debates então ocorridos entre a facção bolchevista dos socialistas russos, tendo à frente Lenin (corren-

te afinal vitoriosa) e de um lado Kautsky e de outro lado Rosa Luxemburgo. Lenin deu combate simultâneo à interpretação social-democrática e quase liberal do marxismo, tal qual enunciada por Kautsky dentro do Partido Socialista Alemão (o mais forte e organizado Partido Socialista no mundo até a Primeira Grande Guerra) e — à interpretação espontaneísta e de ultra-esquerda tal qual enunciada por Rosa, que militava simultaneamente no Partido Socialista Polonês e Alemão.

Realmente estes debates então ocorridos, todos envolvendo questões cruciais, já evidenciavam que o socialismo teria um desenvolvimento difícil e contraditório em nosso século, o que de fato ocorreu e está ocorrendo hoje. O triunfo político (eu diria mesmo geopolítico) da corrente leninista abafou e colocou em recesso as alternativas socialistas apontadas por Kautsky e Rosa. O luxemburguismo praticamente se extingue com a dissolução trágica do grupo Spartacus. Mas permaneceu, como força viva dentro do campo ideológico. O Kautskismo perde consistência e credibilidade face a vitória do nazismo na Alemanha, a qual liquidou com o Partido Comunista Alemão, à época o mais forte do Ocidente com cerca de 10 milhões de membros inscritos.

Mas as severas críticas e profecias que, em nome do marxismo, tanto Kautsky quanto Rosa fizeram a Lenin (e ao modelo bolchevista de socialismo), seja na concepção do próprio socialismo, seja na concep-

ção da revolução do Partido e da *Ditadura do proletariado*, permaneceram e são de incrível atualidade e pertinência nos atuais acontecimentos do leste europeu. E a coisa foi mais longe. Já sob o stalinismo, nas décadas de 20 e 30, o debate, as discussões, as dissidências e as práticas políticas dentro do marxismo e do socialismo continuaram acesos, já então através da polêmica entre Trotsky, um dos fundadores maiores da URSS, e o próprio Stalin. A denúncia feita por Trotsky da defraudação do marxismo e do socialismo pelo burocratismo e bonapartismo stalinistas atravessou toda a década de 30. Dentro da própria União Soviética, os expurgos de 1936 evidenciam a efervescência reinante no socialismo. Trotsky chegou a prever, logo no início daquela mesma década (e portanto 60 anos atrás), que mais tarde ou mais cedo a União Soviética se defrontaria com uma crise histórica de grandes proporções quando teria fatalmente de reconstruir novas alternativas e opções para o socialismo, para ele implantado apenas parcialmente por Stalin.

Paralelamente a Trotsky e tomando outra vertente, também o marxista italiano Gramsci elabora outras concepções para um socialismo moderno. O pensamento de Gramsci foi (e continua sendo) de grande importância para a história atual do socialismo, sobretudo a partir dos anos 50 e 60 de nosso século, culminando através de certas tendências, já nos recentes anos 70, no chamado eurocomunismo, que logo empolgou facções importantes dos partidos comunistas Italiano e Espanhol, entre outros.

Na própria União Soviética, desde pelo menos o 20º Congresso de seu Partido Comunista (1956), o Secretário-Geral Kruschev faz a crítica aberta e oficial do stalinismo e inicia um processo que, através de avanços e recuos (e Gorbachev é um destes avanços), culmina agora com a glasnost e a perestroika. O 20º Congresso, ressalte-se, abriu o primeiro grande racha no socialismo mundial, com a inauguração do conflito sino-soviético, mas que nem por isto impediu a expansão posterior do socialismo.

Esta rápida e sucinta resenha tem apenas como objetivo mostrar que os caminhos do socialismo neste século, ao contrário do que geralmente se acredita no mundo capitalista, dada a imagem de monolitismo que o stalinismo construiu e propagou, têm sido desde sempre constantemente tumultuados e controvertidos. O que podemos dar por certo é que o stalinismo prevaleceu como forma oficial dominante no socialismo dos últimos 60 anos, mas que não se confunde necessariamente com o socialismo. Mais do que isto, nada podemos adiantar.

O fato de que a profunda reciclagem do socialismo ora promovida por Gorbachev tenha sido uma iniciativa do próprio governo e do próprio Partido Comunista soviéticos significa evidentemente que se trata de um movimento endógeno do próprio socialismo — é o socialismo mesmo que se autocrítica e que procura superar seus obstáculos e impasses estruturais internos, abrindo novos caminhos e perspectivas para seu desenvolvimento histórico. E tomando como referencial o seu próprio acervo teórico marxista. Não se trata, assim, de um movimento suicida, autofágico ou contrarevolucionário.

Evidentemente que esta reciclagem, dando a posição hoje da URSS como superpotência e da extensão mundial do campo socialista (que não fez senão crescer nos últimos 70 anos), envolve enormes riscos para todos os lados. Mas assumir riscos é da própria essência da vida.

Outra forma de compreender a evolução histórica do socialismo é traçar um paralelo com a evolução correspondente do capitalismo. Ao longo dos últimos 200 anos, quando o capitalismo se implantou, lançou raízes e se consolidou como um sistema econômico, político, social e ideológico com características próprias, à escala mundial, inúmeras foram suas alternativas, diversos os seus caminhos, matizada a sua ideologia operacionalizando várias reciclagens e adotando formas políticas específicas e controvertidas. Adotou desde o Estado liberal clássico até o Estado de bem-estar

social (*welfare state*), não sem antes passar pelo dirigismo totalitário do Estado nacional socialista alemão, sob Hitler, e do Estado fascista italiano, sob Mussolini. Evoluiu tanto por vias liberais e democráticas, como é o caso da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos etc., quanto por vias autoritárias. A Alemanha e o Japão são exemplos típicos das duas formas alternadas e combinadas. E nem por isto o capitalismo se desfigurou como forma histórica dota-

da de personalidade própria e como modo de produção específico.

Esta década que ora iniciamos certamente irá *resolver* toda esta aparente confusão política moderna. Mao Tsé-tung costumava dizer que a História não é um banquete para o qual se convidam personalidades e povos com lugares marcados à mesa pelo ceremonial, mas antes um processo agitado, dinâmico, caótico, fecundo e criativo.

Aguardaremos, confiantes.

(Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 19 de fevereiro de 1990.

Artigo assinado pelo Professor no mestrado de Política da UERJ Jarbas Medeiros.)

REALIDADE BRASILEIRA

I — UMA NOVA INTERPRETAÇÃO

Virou moda no Brasil afirmar-se que a idéia de uma disputa entre esquerda e direita está ultrapassada. Isto porque, com o estrondoso fracasso do modelo socialista, as posições defendidas pela esquerda ficaram desmoralizadas e até agora não se encontraram substitutos válidos. Na verdade, porém, o problema é outro. Em países de desenvolvimento retardado, como o nosso, o conflito é, e sempre foi, entre os setores moderno e tradicional da economia.

Quem sintetizou admiravelmente a questão foi Edmar Bacha ao afirmar que o Brasil é uma Belíndia, ou seja, a mistura de uma pequena e rica Bélgica com uma imensa e paupérrima Índia. E tanto uma quanto outra devem ser entendidas como abrangendo empresas e trabalhadores.

O importante é assinalar que em termos econômicos esta dicotomia decorre de mecanismos inarredáveis. Os países de crescimento retardado são forçados a importar

tecnologias fortemente utilizadoras de capital, o que se choca, frontalmente, com a abundância de mão-de-obra e a escassez de capital que os caracteriza. A consequência disto é que a totalidade de suas poupanças acaba sendo absorvida por alguns poucos projetos. Surge assim, dentro do país, um setor moderno, de alta produtividade, convivendo com o setor tradicional, onde esta é baixíssima. O desenvolvimento ocorre na medida em que, em função de novos investimentos, o setor moderno vai absorvendo parcelas crescentes de mão-de-obra nacional. Colocando a questão em outros termos, diríamos que o desenvolvimento dos países economicamente retardatários obedece a um modelo dual e não ao modelo unitário que comandou o crescimento dos atuais países de economia madura. Ou seja, nestes, um aumento de 5% do PIB por habitante se traduzia em elevação da produtividade, na mesma percentagem, em todos os setores. Nos atuais subdesenvolvidos, um incremento deste nível toma a forma de elevação, digamos, de 15% a 20% da produtividade no setor moderno, permanecendo inalterada a situação no setor tradicional.

O dualismo econômico não se traduz necessariamente em dualismo social, ou seja, em disparidade correspondente do padrão de vida dos dois setores. Na prática, todavia, o dualismo social sempre ocorre porque surgem no setor moderno sindicatos fortes e bem organizados que exigem salários proporcionais aos altos níveis vigentes de produtividade. É em função disto que surge uma pequena Bélgica ao lado da imensa Índia.

O relevante, contudo, para interpretar a presente realidade brasileira é o fato de que inexiste qualquer choque fundamental entre empresas e trabalhadores da Bélgica. O conflito real é entre esta e a Índia.

Não existe conflito dentro do setor moderno porque suas empresas operam em situação cartelística. Quando os sindicatos exigem maiores salários, elas nada perdem, porque o ônus correspondente é automaticamente transferido para o consumidor, através de maiores preços. Pode-se mesmo afirmar que as empresas ganham com os maiores salários. Isto porque seu lucro resulta do percentual fixo que é adicionado ao custo. Diante disto, salários mais altos, ao elevarem custos, aumentam também os lucros.

O choque com o setor tradicional resulta, em primeiro lugar, de que a este interessaria que a maior produtividade do setor moderno resultasse em baixa de preços ou em aumento de impostos, sendo a receita destes aplicada em benefício da Índia. Além disto, os aumentos salariais obtidos pelos trabalhadores da Bélgica acabam sendo pagos pela Índia, através de maiores preços.

A pergunta que ocorre é então a seguinte: por que tal conflito não é reconhecido, sendo a problemática social do país colocada em termos de um conflito dentro da Bélgica, ou seja, de disputa, que coloca, de um lado, CUT e CGT e, de outro, as grandes empresas do setor moderno? Uma primeira explicação se acha na suposição errônea de que o crescimento de uma economia retardatária repete os padrões passados dos atuais países desenvolvidos. Ou se-

ja, nosso dinamismo ocorreria dentro de um modelo unitário e não dual. Neste caso, o choque de interesses seria, de fato, entre sindicatos e empresas, ou entre direita e esquerda.

Uma segunda explicação se acha na influência do pensamento marxista em nossas elites intelectuais e políticas. O Manifesto Comunista conclama todos os operários do mundo a se unirem contra a exploração capitalista. Ignora o fato de que essa união é impossível, porque o interesse do proletariado dos países desenvolvidos está com as empresas locais, que lhes proporcionam elevados salários, e não com os trabalhadores dos países atrasados que, em última análise, pagam esses salários embutidos no preço do produto. Inspirados no Manifesto Comunista, nossos intelectuais aceitam a interpretação de que o conflito não é entre a Bélgica e a Índia, mas entre os ricos da Bélgica e o restante da Belíndia. A explicação do prestígio da CUT e da CGT pode ser dada dentro da mesma linha. Na visão marxista, é o proletariado urbano de base industrial que tem a aguda consciência dos seus interesses de classe e da situação de exploração a que se acha submetido. Ele, e ninguém mais, poderá determinar a mudança nesse estado de coisas. Sua causa deverá, portanto, ser apoiada e patrocinada a qualquer preço. Aplicando ao Brasil essa tese, inspirada no modelo unitário de crescimento europeu, nossos intelectuais e políticos de esquerda passaram a endear a CUT e a CGT, preferindo ignorar que elas representam somente 17% da mão-de-obra brasileira, que seus afiliados usufruem rendimentos muito acima da média nacional e que tais vantagens são essencialmente pagas pela Índia.

A adoção do modelo dualista para explicar a realidade brasileira torna, igualmente, mais fácil a compreensão de algumas situações recentes. Causou surpresa nas últimas eleições presidenciais o fato de as classes pobres C, D e E não apoiarem majoritariamente o candidato do operariado. A explicação foi também aqui procurada em Marx. Estas categorias representariam um

lumpen proletariat, incapaz de reconhecer seus reais interesses. Tudo indica, pelo contrário, que as classes C, D e E, que representam a nossa Índia, agiram corretamente ao se recusarem a patrocinar o candidato do segmento mais agressivo do setor moderno.

Em sentido oposto, escolheram mal as comunidades eclesiás de base. A opção pelos pobres, da Igreja Católica, deveria levá-las a serem as grandes defensoras da Índia. Erraram, portanto, ao patrocinar o PT. O erro resultou, possivelmente, em estarem se inspirando mais em Marx do que nas encíclicas papais.

II — OS NOVOS MARAJÁS

Em um artigo anterior mostramos que o conflito básico existente em nossa atual realidade social não é entre esquerda e direita, mas entre os setores moderno e tradicional da economia, ou entre a Bélgica e a Índia em que, segundo Edmar Bacha, se divide o Brasil. Inexiste conflito entre trabalhadores e empresas do setor moderno porque, dada a situação cartelística deste, qualquer elevação de salários é automaticamente transferida para os preços. O conflito entre a Bélgica e a Índia ocorre porque a primeira absorve a totalidade dos ganhos do desenvolvimento, impedindo, por exemplo, que os aumentos de produtividade se traduzam em menores preços, que beneficiariam igualmente a todos os consumidores.

No presente artigo recapitularemos alguns dados, com base nos quais se pode afirmar que os trabalhadores da Bélgica, patrocinados por organizações como a CUT e a CGT, se colocam na situação de marajás do operariado brasileiro. Pior ainda, quando essas entidades tentam ajudar as categorias menos favorecidas, agravam ainda mais a situação.

Dados oficiais comprovam que nada menos de 60% da mão-de-obra nacional ganham dois ou menos salários mínimos. Ora, segundo Maia e Saldanha (*Política de salário mínimo*, 1989), os pisos salariais de

43,8% dos trabalhadores paulistas ficam entre dois e três salários mínimos. Outros 43,8% registram piso de 3 e 4 mínimos. Ou seja, 87% dos trabalhadores paulistas recebem, como mínimo, o que 60% dos brasileiros ganham como teto. Bonelli e Sedlack (*Distribuição de renda — 1989*) dividem as categorias de renda do Brasil em decis, ou seja, dez faixas correspondentes cada uma a 10% da população economicamente ativa. O rendimento médio do terceiro decil (contado a partir da renda mais alta) é igual a 4,04 salários mínimos. Ora, se supusermos que a renda média dos dois grupos de trabalhadores paulistas supra-referidos se acha 50% acima da faixa superior do seu piso salarial, chega-se à conclusão de que cerca de 90% dos trabalhadores do setor moderno daquele estado se encontram entre os 30% da população de renda mais elevada do país.

Outro dado importante é fornecido pela Confederação Nacional da Indústria (*Sistema de acompanhamento de negociações coletivas — 1989*). Segundo ela, dos nove acordos coletivos registrados em São Paulo no terceiro trimestre de 1989, nada menos de oito registraram elevações reais de salários na faixa de 7%. Como nesse ano o produto por habitante cresceu no Brasil de somente 2%, é lícito afirmar que os trabalhadores da Bélgica não só se acham em situação privilegiada em relação aos da Índia, como continuam tentando aumentar sua fatia do bolo, mediante elevações salariais. Estas acabam sendo pagas pela Índia através de maiores preços.

Esse ponto merece observação suplementar: não estamos afirmando que os trabalhadores da Bélgica são responsáveis pelos altos níveis de concentração de renda do país. A responsabilidade cabe, sem dúvida, àqueles que se acham no decil superior de distribuição e absorvem nada menos de 47,5% das rendas auferidas no país. É em relação a esse grupo que cabe uma política de redistribuição de renda. Essa deve, contudo, ser feita em benefício da Índia e não dos trabalhadores da Bélgica, como parecem querer os sindicatos do setor moderno.

Pode-se alegar que a CUT e a CGT não estão alheias aos problemas da Índia. Tanto assim que patrocinam, hoje, uma drástica elevação de salários mínimos. Ora, é justamente aí que se acha o risco. Não percebendo o caráter dual básico do nosso desenvolvimento, pretendem reduzir o fosso entre a Índia e a Bélgica mediante simples providências legais. Aprofundemos o caso do salário mínimo.

Pressionado pelas reivindicações da CUT e CGT, um dos candidatos nas recentes eleições presidenciais propôs elevar o salário mínimo para US\$ 350. Ora, o Brasil tem hoje um PIB de US\$ 350 bilhões. Se separarmos 25% para investimentos, ficam US\$ 262,5 bilhões para dividir. Considerando uma população de 130 milhões de habitantes, isso daria US\$ 2.019-anº para cada brasileiro. Ora, 13 salários mínimos de US\$ 350 totalizam US\$ 4.550, ou seja, mais de duas vezes o produto disponível para cada habitante. Poder-se-ia alegar que muitos brasileiros não trabalham, não fazendo, portanto, jus a salários. Suponhamos, para raciocinar, que a população economicamente ativa seja igual a 50% do total. Ainda assim, um salário mínimo de US\$ 350 exigiria um montante de US\$ 273 bilhões para consumo, o que supera o disponível. Tudo isso sem falar na absoluta inviabilidade de uma economia em que todos trabalhassem por um salário mínimo.

Em favor da elevação deste, se oferece, outrossim, um argumento aparentemente irrespondível. O salário mínimo foi criado em 1943 e, embora o produto *per capita* (e, portanto, nossa capacidade de pagar salários) houvesse aumentado de muitas vezes, o valor do salário mínimo, descontada a inflação, permaneceu constante.

Se aceitarmos o dualismo como modelo válido para interpretação do desenvolvimento econômico, essa tese se revela falaciosa. De fato, no crescimento dualista, o que se eleva constantemente é a produtividade do setor moderno, sendo esse aumento totalmente absorvido por maiores salários e lucros no próprio setor. A produtividade do setor tradicional permanece cons-

tante, sendo, portanto, normal que o mesmo aconteça com o salário mínimo, aplicável essencialmente a ele.

Um grande e imediato aumento do salário mínimo só será, portanto, factível se o setor moderno, inclusive os afiliados da CUT e da CGT, aceitarem substancial redução de sua participação no PIB.

Em suma, uma errônea interpretação da realidade brasileira tem levado a se atribuir à CUT e à CGT um papel que não lhes cabe, isto é, de representantes da totalidade dos trabalhadores do país. Pior que isso, quando essas entidades tentam assumir indevidamente esse papel, patrocinam medidas que, se adotadas, poderão levar ao colapso toda a economia brasileira.

III — A SOLUÇÃO POSSÍVEL

Nos dois artigos anteriores, sustentamos que o grande erro hoje cometido em nosso país é o de colocar a problemática social em termos de esquerda e de direita. O conflito existente é entre os setores moderno e tradicional ou, como preferem outros, entre uma pequena e rica Bélgica e uma grande e miserável Índia, que compõem a Beíndia brasileira.

Nesse erro de interpretação incorreram, por exemplo, nas últimas eleições presidenciais, as comunidades eclesiás de base. Elas deveriam ter apoiado os pobres da Índia, em vez de patrocinarem o candidato dos trabalhadores da Bélgica, beneficiários de muitos dos sacrifícios impostos à Índia. É ainda essa falsa interpretação que vem encorajando a perigosa tentativa de transferir, por via legal, padrões de vida da Bélgica para a Índia, através, por exemplo, de grandes aumentos no salário mínimo.

Reconhecido o dualismo como o problema central, soluções objetivas se tornam possíveis. Elas se baseiam no fato de que se o dualismo econômico (resultante da necessidade de importar técnicas fortemente utilizadoras de capital) é inevitável, o dualismo social (expresso na grande disparidade entre os padrões de vida dos setores moderno e tradicional) é perfeitamente evitá-

vel. Para tanto, basta se adotarem medidas para que o rápido aumento de produtividade, proporcionado pelo desenvolvimento, se traduza em menores preços e/ou maiores tributos, em vez de, como sucede hoje, ser absorvido pelos maiores lucros e salários do setor moderno. Preços menores beneficiariam diretamente os habitantes da Índia e a receita tributária suplementar poderia, igualmente, ser utilizada a seu favor.

Não se trata de baixar salários do setor moderno. Dos seus trabalhadores se pediria apenas que, para o futuro, deixassem de reivindicar a totalidade dos ganhos de produtividade, resultantes de política de desenvolvimento. Redução efetiva dos níveis de renda deverá ser pedida, apenas, ao decil superior das categorias de rendimentos, que monopoliza nada menos de 47,5% do PIB nacional.

A urgente necessidade de uma ampla política de contenção de inflação permite definir melhor a contribuição a ser pedida aos trabalhadores da Bélgica. Esta pode ser discriminada em três pontos fundamentais: renúncia, durante a vigência da política de estabilização, a qualquer pedido de aumento real de salários; adiamento de pedidos de reposição salarial, sobretudo quando baseados nos níveis reais de 1986 e 1987, aceitação de que, num contexto de estabilidade de preços, os salários fiquem nos seus níveis reais médios e não nos níveis de pico. Sem a aceitação dessas restrições, dificilmente terá sucesso uma política inflacionária. Essa aceitação constitui, além disso, em teste da predisposição dos trabalhadores do setor moderno em colaborar para a eliminação, ou redução, do dualismo social. O teste é particularmente significativo, porque não implica qualquer queda no poder aquisitivo dos seus salários.

Para se chegar a um consenso nacional, com respeito a uma política destinada a reduzir desigualdades sociais, a maior dificuldade deveria, a rigor, estar nas categorias de menor renda do setor tradicional. Isso porque seus padrões de vida são baixíssimos e os resultados do programa so-

cial, a ser adotado, serão lentos.

Diferentemente, todavia, do que sucede com os demais grupos sociais, a Índia não dispõe de uma liderança capaz de falar por ela. Deve, assim, ser cooptada através de medidas que a façam sentir protegida e objeto de um esforço de recuperação. Cumple reproduzir alguma coisa, como o conseguido por Getúlio Vargas. Ele criou o salário mínimo, mas este foi deixado sem reajustes compensatórios da inflação. A legislação trabalhista ofereceu vantagens ao operariado, mas em pouco elevou seu padrão de vida. Possivelmente, o que Getúlio fez de mais importante para o povo foi romper a inércia das elites tradicionais do "café com leite", lançando o país, firmemente, na industrialização. Ele foi o inventor do que se poderia chamar populismo racional, que oferece às camadas de renda inferior vantagens tópicas, acrescidas da sensação de que não estão sendo ignoradas e da esperança de um futuro melhor, proporcionado pelo desenvolvimento.

Getúlio não teve continuadores. Brizola, que pretendeu perpetuar sua mensagem, jamais entendeu Getúlio. Eleito governador de um estado em virtual colapso econômico, não adotou qualquer medida para estimular o desenvolvimento. Centrou sua ação num programa educacional cujo objetivo era conceder à população escolar padrões de vida iguais ou superiores aos existentes nos atuais países desenvolvidos. A mais elementar análise mostra que esse programa não tinha qualquer viabilidade econômica, e se levado adiante teria arruinado definitivamente o Rio de Janeiro.

Brizola promoveu o populismo selvagem. O necessário é um populismo racional, que concede à Índia, desde logo, as vantagens compatíveis com o nosso nível de desenvolvimento e com um dualismo social de eliminação lenta e difícil.

Collor, que foi eleito essencialmente pela Índia, tem um amplo crédito de confiança para implantar esse tipo de política. Nesse sentido, deverá adotar medidas para que o inevitável dualismo econômico não se traduza num gravíssimo dualismo social. Sua

ação deve portanto ser, inicialmente, junto às empresas e aos sindicatos do setor moderno. Quanto a estes, deverá deixar bem claro que não é aceitável o papel que tentam se atribuir à CUT e à CGT, de representantes da totalidade dos trabalhadores brasileiros.

Com relação à Índia, deve captar-lhe a confiança, mostrando que, do programa social proposto, ela constitui a beneficiária principal. Certa dose do que chamamos de populismo racional faz parte da receita.

(Extraído de uma série de três artigos assinados pelo Professor da UFRJ João Paulo de Almeida Magalhães, publicados no *Jornal do Brasil*, edições dos dias 5, 7 e 12 de fevereiro de 1990.)

Em suma, para ser bem-sucedido, o novo presidente deve compreender que se acha à frente de um país marcado por profundo e desestabilizante dualismo, tanto econômico como social. Ou seja, deve esquecer o Brasil e assumir a presidência de Belíndia.

O SAGRADO E O PROFANO

A presença da Igreja Católica como base de apoio a uma candidatura é um dos temas polêmicos do processo eleitoral que se completa a 17 de dezembro. Com matizes diferentes, essa presença pode ser vista em algumas regiões do país — sobretudo as mais pobres. A Teologia da Libertação, corporificada nas Comunidades Eclesiais de Base, estaria consolidando, nessas áreas, uma ligação direta entre religião e política, e um estilo de orientação do eleitorado que em nada fica a dever, em certos casos, às práticas do velho coronelismo.

O fenômeno, que está aí, e não comporta muitos desmentidos, tem as suas sutilezas, nem sempre perceptíveis a uma observação prosaica. A Teologia da Libertação e as CEBs tendem a fazer muito barulho numa eleição como a de agora, onde o jogo dos acasos acabou criando a aparência de um conflito maniqueista. Mas nessa explicitação exacerbada, a mencionada teologia torna-se vulnerável às almadilhas que sempre espreitam os que fazem essa confusão entre fé e política.

Do ponto de vista da Igreja, modificações internas costumam seguir um ritmo que também escapa aos mecanismos vulgares de aferição. Quem se dispuser a analisar o fenômeno por outros padrões poderá

descobrir, com uma certa facilidade, a diferença que há entre os anos 60 e os 80 neste terreno — e especialmente a diferença entre o *antes* e o *depois* de João Paulo II.

Os anos 60 culminaram numa verdadeira apoteose da “teologia latino-americana”, que teria sido consagrada pelos encontros de Puebla e Medellín. Segundo a visão daquela época, ali se teria traçado a linha divisória entre uma teologia *progressista* e uma outra que não o era; e a América Latina seria o território de eleição e de afirmação dessa teologia *progressista*. Se o movimento avançasse no ritmo que então se anunciava, há muito que estaria fundada a Igreja Católica Latino-Americana, separada de Roma.

Não foi o que se viu. O papa eleito em 1978 tomou como tema fundamental do seu pontificado a reafirmação do que existe de eterno ou de profundo nas verdades religiosas. Uma religião não pode existir no abstrato, e é evidente que as condições sociais de uma região como o Nordeste (ou do próprio Brasil como um todo) não deixarão de afetar a prática religiosa e o pensamento das pessoas que vivem nessas regiões. Mas o catolicismo não é exatamente um mecanismo de transformação política (como deixou muito claro o seu fundador), e muito menos seria o caso de permitir que as rea-

lidades econômicas condicionassem o pensamento religioso (como é a proposta explícita da Teologia da Libertação).

Teóricos da teologia dita *progressista* queriam enxergar no marxismo uma espécie de novo Evangelho. Propuseram a aproximação e até a fusão entre o marxismo e o cristianismo, a partir da idéia de que havia convergência de cenários na utopia cristã e na utopia marxista. Simplesmente não perceberam (ou não quiseram perceber) que essas utopias funcionavam em planos diferentes.

Por sua natureza, o Evangelho não tem data, e não é criação humana. Já o marxismo é bem humano — e é perfeitamente datado. Parecia uma utopia fecunda na virada do século. Gastou-se quase um século inteiro para descobrir que ele não era tão produtivo assim, e que as sociedades construídas de acordo com as suas propostas se tornavam esclerosadas, autoritárias, inférteis — porque abriam mão de algo que é o próprio sal da vida: a idéia da liberdade.

Justamente quando essa utopia declina em todo o mundo — a começar pelas terras onde reinava absoluta —, ela é resuscitada, numa forma requerente, por uma hipotética teologia latino-americana, certamente por culpa da famosa defasagem histórica que nos separa de outros povos e de outras culturas. Propõe-se novamente o ideário marxista — ou então formas ingênuas de socialismo primitivo, como as que acabam de ser mencionadas por conhecido teórico do PT, que sugere a *democracia direta* ao estilo grego (!) ou rousseauista como algo de muito novo.

Párocos do interior — e às vezes bispos de cidades não tão interioranas — deixam-

se contagiar eventualmente por esses arcaísmos. Há de ser, em alguns casos, fruto da ingenuidade, o preço do nosso atraso social e cultural. Em outros, sente-se a ausência da humildade que é parte integrante do espírito cristão, e que recomenda aos eclesiásticos a obediência aos seus superiores ou à doutrina que professam.

São erros e que toda corporação religiosa pode mostrar-se vulnerável — e a Igreja Católica, no Brasil, ocupa uma área desproporcional à sua capacidade de formação de quadros e de aprofundamento doutrinário. Mas não são erros capazes de afastar o Brasil do caminho democrático — mesmo porque os caminhos da política e da religião estão muito longe de serem paralelos, ao contrário do que imagina a Teologia da Libertação.

Na grande confusão de idéias que marca esta virada de século e de milênio, há outras seitas ou correntes religiosas à espreita do povo humilde, vendendo-lhe diferentes imagens do paraíso. Para conquistar o terreno que eventualmente perdeu, a Igreja Católica do que menos precisa é de aventuras políticas, onde comprometeria desnecessariamente o seu prestígio e a sua autoridade.

A política é o terreno do risco e da experiência incessante. Uma instituição como a Igreja católica lida, felizmente, com material menos perecível; e é na sua vocação de eternidade que ela se apresenta como uma casa acolhedora e sábia, onde tanto cabem, o humilde e o poderoso, o que vota neste partido e o que vota no outro. É esse patrimônio que ela precisa conservar da melhor maneira. Ele é precioso, insubstituível, nos tempos difíceis que estão à nossa espera.

(Transcrito do Jornal do Brasil — editorial da edição de 28 de novembro de 1989.)

PETRÓLEO E ÁLCOOL

Conforme convicção generalizada, a preocupação ecológica parece que veio para ficar. Pessoas de diversos níveis culturais já discutem *efeito estufa, ca-*

mada de ozônio, poluição ambiental, sobretudo urbana, ameaça à Antártida e às reservas florestais do planeta, com visões apocalípticas sobre a Amazônia etc.

Causa espécie, entretanto, que, apesar de previsões preocupantes sobre exaustão de recursos de combustíveis tradicionais, sobretudo o petróleo, não se ouve atoarda sobre sua preservação semelhante à que se faz sobre a Amazônia!

Elemento nobre, recurso natural não renovável, o petróleo aparentemente tem horizonte curto. Há uns 30 anos, em conferência no Itamarati, o então Reitor da Faculdade de Engenharia de São Paulo, Cintra do Prado, prognosticava o esgotamento dramático das reservas mundiais em torno do ano 2040, tendo em vista as projeções sobre crescimento da população e do consumo. Desde então são freqüentes as especulações sobre ditas reservas, nenhuma delas tranqüilizadora.

O petróleo, na economia industrial das últimas décadas, tornou-se realmente elemento de inegável importância. Entretanto, é também elemento fundamental para a indústria petroquímica. Como se justifica que se o queime de maneira crescente?

Quantos serão os que se dão conta da condenação que havemos de receber de futuras gerações pelo crime que cometemos, cada dia, ao queimar o petróleo em vez de reservá-lo para fins mais úteis e de tamanho expressão para o bem-estar do homem civilizado!

Em vez de ouvir-se com freqüência e entusiasmo números de fabricação de motores a gasolina e a diesel, não se deveria estar intensificando, cada dia, sob todas as formas possíveis, a criação de fontes para substituição dos derivados de petróleo?

A insensibilidade nesse terreno é tão grande que, no Brasil, em vez de ser dimensionada nossa indústria petrolífera a níveis mínimos, ditados pela segurança, com esforço constante para identificar reservas para o futuro, — insistimos em *auto-suficiência*, considerando-se a Petrobrás frustrada por não poder assegurar, a curto prazo, a falaz independência de importações de petróleo! Não se satisfaria a empresa com os aspectos positivos que terá tido no seu esforço para implantar uma indústria de petróleo no país. Mas a auto-

suficiência atende ao país ou à própria empresa, agigantada?

Não seria de bom senso que, enquanto o problema de preservação de reservas não recebesse igual prioridade dos grandes produtores e enquanto são descobertas outras alternativas energéticas, o Brasil desse engajar-se na defesa de suas reservas? Não deveríamos identificá-las e fruir-las com prudência, em vez de queimá-las a ritmo ditado por tolo autarquismo?

Salta aos olhos que, em vez de lançar desconto ao Proálcool, conviria procurar consolidá-lo, com medidas, entre outras, tais como:

a. expansão de cerca de 20 a 30% da produção atual através do incremento da produtividade agrícola e industrial, estimulada por política adequada de preços, tanto a níveis de remuneração quanto à regularidade de reajustes que os proteja da erosão inflacionária;

b. intensificação de pesquisas sobre a própria cana, com especial atenção nos trabalhos de engenharia genética como os que se processam no Centro Tecnológico da Coopersucar, em Piracicaba;

c. ordenação da produção de açúcar e álcool por região, bem como das exportações, para evitar que interesses individuais ou regionais ponham em risco o abastecimento interno, conforme já vem ocorrendo.

Costuma-se comparar o preço do álcool com o do petróleo nacional. É justa a comparação, sem levar-se em conta o que representa o álcool para evitar os danos à saúde das populações dos grandes centros? Qual o valor a ser creditado ao álcool por ser um combustível limpo?

Os Estados Unidos já deram seu brado de alerta. Enquanto aqui há quem deseje congelar o Proálcool, o presidente Bush anunciou um programa bilionário para produzir etanol, a fim de evitar a poluição nas grandes cidades e reduzir o consumo de petróleo. Parece que timbramos em andar na contramão da história...

Enquanto o álcool é recurso renovável, o petróleo não o é. Esgotado este, como se calculará o valor de reposição do petróleo

queimado, quando vier a faltar para a petroquímica? Mesmo agora, a defasagem de custos não se deve a critérios distorcidos? Se a Petrobrás tiver remuneração satisfatória para o petróleo importado, a coisa não melhora de figura? A sociedade deveria conhecer e discutir com mais detalhe o preço real dos combustíveis líquidos e o preço oficial onde são embutidos itens que talvez tenham menos justificativa do que uma equalização entre gasolina e álcool.

Num país tão vasto quanto o Brasil, criou-se uma preocupação com o preço único, do Oiapoque ao Chuí. Há aí uma contabilidade complexa que se devia conhecer melhor. Aparentemente seriam *beneficiados* consumidores periféricos. Qual o custo efetivo desse procedimento para os consumidores e como se evitam desvios desses benefícios?

Recentemente, decidiu-se misturar gasolina ao álcool hidratado para consumir os excedentes gerados pelo refino nacional em programa destinado a garantir volumes de

diesel para consumo interno. Por que não se equacionar o refino no país para evitar sobras de gasolina, importando o próprio diesel em quantidades adequadas?

É muito provável que essas colocações soem como heresia àqueles que objetivam a auto-suficiência. Se for possível importar o que nos falta em diesel, não seria melhor, como disse, pouparmos o nosso petróleo e continuarmos a incrementar a produtividade agrícola e industrial da cana?

Lamento que tenha mais perguntas do que respostas. Mas talvez este seja o caso de muitos outros, como o autor destas linhas, que gostaria de ser esclarecidos sobre problemas de tal importância, apreciando-os com realismo, para que algumas colocações tradicionais possam ser reavaliadas em momento em que se procura apresentar temerariamente o Proálcool como vilão, responsável por graves danos à política de auto-suficiência de combustíveis líquidos no país.

*(Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 29 de janeiro de 1990.
Artigo assinado pelo ex-presidente do IAA, E. P. Barbosa da Silva.)*

O SOCIALISMO DE CAVIAR

"Dê ao homem tudo o que ele deseja e ele imediatamente achará que tudo não é tudo."

*Kant a Karamzin,
historiador russo*

Perguntaram-me outro dia por que a inclinação esquerdistas de nossos clérigos, assim como dos intelectuais e artistas. Não é difícil explicar a contaminação do clero. A despeito do abismo que em teoria existe entre o materialismo dialético e o espiritualismo cristão, há semelhanças "formais" entre o cristianismo e o marxismo. Ambos começam como ideo-

logias dos oprimidos e ambos acenam com uma idade dourada no futuro. Ambos gostam de servir-se do poder coercitivo do Estado, em favor da Igreja, num caso, e do Partido Comunista, no outro. Tal como os cristãos, os marxistas desenvolveram um dogma — o materialismo dialético — que serve de interpretação única da história. Ambos têm um livro sagrado, num caso a

Bíblia, e no outro, "Das Kapital". O Kremlin é o Vaticano da religião leiga. O marxismo transformou um "esquema de evolução" numa "história sacra", cujo milênio seria a sociedade sem classes. O Partido Comunista se designou delegado do proletariado e tornou-se a igreja dos novos fiéis. Tal como a religião católica, o marxismo buscou tornar-se uma "religião universal". E também experimentou o desafio das seitas. Na realidade, o atual fenômeno de implosão do socialismo na Europa Oriental é comparável à Reforma protestante, que implodiu o catolicismo no século XVI. Agreguemos a essas semelhanças formais o fato de que muitas pessoas sentem necessidade de substituir fatos incômodos por dogmas tranqüilizantes. Católicos e marxistas comungam numa coisa: adoram os dogmas e detestam a angústia da dúvida. No caso dos clérigos brasileiros, há uma consideração adicional, de que dou testemunho como ex-seminarista: a colossal ignorância da teoria e história econômica, que os leva a sobreestimar as realizações do socialismo e a subestimar o desempenho do capitalismo.

Os teólogos da libertação repetem com 30 anos de atraso o marxismo ingênuo dos "padres obreiros" da França, que viam no Plano Marshal um diabólico instrumento de espoliação imperialista. A linguagem é a mesma, só que o diabo na moda hoje são as multinacionais. Eles querem a distribuição de riqueza, mas detestam perscrutar o processo de criação da riqueza. Relutam em aceitar o fato de que o Mundo não será salvo pelos caridosos e sim pelos eficientes. E que o motor do crescimento não é o operário, nem o funcionário, nem o missionário, e sim essa ultrajada figura — o empresário. É este que combina os fatores de produção, arrisca o seu capital, inventa produtos e é punido pela falência. Exatamente por confundir lucro empresarial com espoliação é que os regimes socialistas, endeuando operários e funcionários, levaram ao empobrecimento dos respectivos povos. Essa a evidência documental da crise do socialismo em toda a Cortina de Ferro.

Menos fácil de explicar é o "modismo de esquerda" de que sofrem nossos intelectuais e artistas. É um modismo que passou da moda. Era elegante ser intelectual de esquerda na França uns quinze anos atrás, quando o marxista Sartre era preferido ao liberal Raymond Aron. Hoje o vigor intelectual está com os liberais. O intelectual de esquerda é geralmente considerado um subnutrido cultural. Nos Estados Unidos, a moda esquerdista atingiu seu auge na década dos sessenta, associada em parte à contracultura e ao protesto contra a guerra do Vietnam. Hoje triunfa uma nova cultura, na qual a ênfase é sobre a criatividade manifestada pelo indivíduo e não sobre a igualdade prometida pelo Estado. As bandeiras deste fim de século são a liberdade e a eficiência e nenhuma delas é especialidade socialista.

Mas estar fora de moda não é doença grave. E os nossos intelectuais e artistas de esquerda podem sobreviver a esse desconforto. Mas são suspeitos de contaminação pela Sina — Síndrome da inteligência não adquirida. O alarmante é não perceberem a fatal esterilização que o socialismo traz para a vida intelectual. Não há regime socialista em que não existam censura e patrulhamento; coisas que o programa da Frente Brasil Popular descreve pitorescamente como "controle social dos meios de comunicação de massa". A exigência de conformidade ao "realismo socialista" é uma castração da criatividade artística. Não sei como nossos esquerdistas explicam o fato de que os intelectuais e artistas costumam fugir dos regimes de esquerda como o fizeram Stravinsky, Nijinsky e Soljenitsin. Poucas coisas são mais incongruentes que o esquerdismo encontradiço nos artistas brasileiros. São socialistas nos dedos ou na voz, mas invariavelmente capitalistas nos bolsos. Não me consta que sejam chegados aos "cachets" da Cortina de Ferro, que são pagos em moeda inconservável. Cultivam aquilo que o líder sindical espanhol Nicolás Redondo chamava de "socialismo de caviar".

Mas podem ficar tranqüilos, pois que o

capitalismo não os enviará a hospitais psiquiátricos e até lhes pagará bons "cachets" pelas interessantes vituperações que lançam sobre o regime que os abriga. Apenas não merecem ser tomados a sério nem como orientadores políticos nem muito menos como palpiteiros econômicos...

Nem se diga que a esquerda brasileira é "diferente" e imune ao patrulhamento ideológico. O episódio da grande atriz Ma-

rília Pera, insultada por um bando de petistas simplesmente por ter declarado que votaria em Fernando Collor, dever-nos-ia servir de advertência quanto ao potencial de intolerância das esquerdas. Cai o muro de Berlim e nossos socialistas de caviar fingem que não viram. Tão "demodés" estão que, para usar um chiste de Oswaldo Aranha, "se enfeitam para festas dos urinóis na era da privada patente"...

(Transcrito de *O Globo*, do dia 3 de dezembro de 1989.
Artigo assinado pelo Senador Roberto Campos.)

PERDENDO DE GOLEADA

O presidente Bush acaba de convocar os 50 governadores dos estados norte-americanos para uma conferência de cúpula sobre política educacional. A pauta era bastante específica: como regenerar o sistema escolar do país, considerado deficiente e incompatível com a posição que os EUA ocupam no mundo.

Os americanos sabem, há muitos anos, que suas escolas são mais fracas que as de outros países desenvolvidos — França ou Inglaterra, por exemplo. Mas o que antes feria apenas o sentimento patriótico agora parece estar se tornando assunto de segurança nacional: os japoneses vão assumindo a liderança em quase tudo o que se refere à tecnologia de ponta; e não é preciso sublinhar o que isto significa em matéria de prestígio e de importância política.

No Japão, mais de 90% dos estudantes completam o 2º grau; nos EUA, eles são 71%. E no Brasil? Censo realizado por ocasião das eleições municipais de 1988 apontou para o seguinte resultado: 10% são analfabetos; 28% sabem ler e escrever; 28% têm o 1º grau incompleto; 10% completaram o 1º grau; 5% têm segundo grau incompleto; 10% o 2º grau completo; 3% começaram o ciclo superior, que 6% conseguiram acabar.

Por esse quadro, 18% dos eleitores (e não da população) têm o 2º grau completo ou mais. E o 1º grau completo só beneficia a 33% do universo pesquisado. Isto é, se se trata de competir com japoneses ou norte-americanos, nem pensar: a distância é grande demais. Mas se se leva em conta que o mundo não se limita a Japão e EUA, e que em países como Taiwan estuda-se, neste momento, até mais que no Japão, a performance brasileira já não é uma questão de disputar alguma imaginária *pole position*: seria o caso, em vez disso, de evitar o naufrágio total e irreversível de conseguir que o Brasil fizesse papel ao menos modesto no chamado concerto universal.

Alguém já pensou nisto a sério? A matéria *educação*, neste país, está assumindo a condição de uma espécie de "segredo aberto": é uma questão óbvia, mas ninguém vê.

Em muitos casos, não havia nem o interesse de ver. Perdemos anos e anos seguindo miragens ideológicas. O pensamento de esquerda abusou da idéia de Terceiro Mundo como uma consequência da "exploração imperialista". O Terceiro Mundo seria uma vítima dos que vêm aqui (e alhures) levar embora as nossas famosas riquezas naturais.

Ora, enquanto houver um vilão tão fácil para o atraso, por que cuidará alguém de pôr de pé um sistema sério de educação pública? E, se o interesse era bater nos gringos, por que se deixaria perceber que o país está parado porque não estuda, porque não cuida da sua qualificação intelectual e profissional?

A China da Revolução Cultural levou essas tendências ao auge: não importava estudar, não importava saber o que o mundo exterior estava fazendo. Importante era liquidar a raça da burguesia, era decorar *slogans*, fanaticizar as massas.

Desse longo período de delírio universal, estamos saindo com algumas cicatrizes, sem ter ido tão longe quanto outros foram. Os critérios centram-se agora mais na competência que na ideologia — como indica, entre outras coisas, o exodo de alemães do leste em direção ao oeste. A utopia cansou, ou mostrou-se finalmente estéril.

Não poderá também o Brasil ter acesso a um pouco de pragmatismo? Será tão difícil entender que, sem educação, ficaremos

andando em círculos? Mas agora será preciso retirar o vírus ideológico de dentro do sistema educacional. É simplesmente espinhoso que, exatamente quando a história do mundo vira uma página, universidades brasileiras realizem eleições internas marcadas pelo signo da “luta de classes” e que alguém possa sustentar que isto é democracia, ou que esse tipo de democracia tem a ver com a experiência universitária.

Como é possível, igualmente, admitir que um professor de primeiro grau ganhe um ou dois salários mínimos, enquanto, nas universidades públicas, come-se de graça e paga-se a funcionários tanto ou mais do que a um professor titular?

Está na hora de reabilitar o ensino, neste país — sem permitir que ele se transforme em plataforma eleitoral para este ou aquele partido. O ensino é matéria de salvação pública, e precisa melhorar muito antes que o Brasil seja forçado finalmente a reconhecer que não vai para a frente exclusivamente por uma questão de inépcia, de falta de cultura e de saber.

(Editorial do Jornal do Brasil, edição do dia 4 de outubro de 1989.)

O PODER NA UNIVERSIDADE

Hoje há uma acirrada polêmica sobre a maneira de escolher os dirigentes das universidades públicas, destacando-se, por um lado, os adeptos da chamada “democracia universitária”, que defendem a eleição desses dirigentes, e, por outro lado, os opositores deste processo, a que pejorativamente chamam “democratice universitária”.

Evidentemente, se existem acirradas divergências sobre a forma de escolher os dirigentes universitários, é porque há uma acirrada disputa pelos postos de direção nas universidades. Assim, entendemos que o exame desta questão deva começar exata-

mente pela seguinte pergunta: Por que os postos de direção universitária são tão acirradamente disputados?

Sem excluir os elevados ideais que certamente motivam esta disputa, acreditamos que um pedaço bem grande da resposta à pergunta acima seja dado pelo atual sistema de remuneração dos professores, que privilegia as atividades de direção, em detrimento das atividades ligadas à produção intelectual, à pesquisa e ao ensino. Só para dar uma idéia, nas universidades federais, uma chefia de departamento, que é o posto inicial na escala da administração universitária, remunera o detentor do car-

go com uma gratificação de percentual igual ou superior ao do incentivo funcional de mestrado. Se considerarmos que a obtenção de um mestrado demanda estudos pesados ao longo de mais de dois anos, ao fim dos quais o título pode não ser conseguido, não é difícil imaginar que influência isto pode ocasionar nas opções profissionais dos professores.

É bem verdade que a obtenção do título de mestre dá direito a uma promoção importante na carreira docente. Entretanto, esta mesma promoção será conseguida, mais cedo ou mais tarde, por tempo de serviço.

Se o incentivo de doutorado for comparado com as gratificações dos demais postos da administração universitária, a distorção acentua-se. Se considerarmos que as atividades ligadas à pesquisa ou à produção intelectual — atividades fins da universidade — não proporcionam ao professor, por parte de sua universidade, qualquer incentivo financeiro ou promoção funcional, a distorção torna-se verdadeiramente gritante.

Assim, entendemos que a carreira docente deva ser reestruturada de modo a se basear em uma tabela de contagem de pontos, vinculada aos títulos de pós-graduação e à produção técnico-científica, que deve nortear o sistema de promoções e a concessão de incentivos funcionais de pós-graduação e de produção intelectual. O primeiro tipo de incentivo, de valor proporcional à importância do título, e os incentivos de produção intelectual, proporcionais ao volume e à qualidade da produção.

Deve ainda ser instituído o incentivo funcional de unidade, vinculado à produção intelectual de cada unidade universitária, de

menor valor do que os incentivos de produção intelectual citados acima, e destinados a professores que não tenham ganho este último incentivo, mas que tenham dado efetivo apoio à produção da unidade. A influência do tempo de serviço nas promoções deve ser reduzida em alguns casos e eliminada em outros.

As gratificações dos cargos de direção devem ser preferencialmente eliminadas, ou, quando isto for desaconselhável, vinculadas aos incentivos funcionais. Por exemplo, um certo cargo pagaria, como gratificação, o dobro destes incentivos. Assim, se o detentor deste cargo for um doutor com boa produção intelectual, sua gratificação será grande; se ele for mestre com baixa produção intelectual, sua gratificação será pequena, podendo mesmo anular-se, no caso de o dirigente não ser pós-graduado e ter baixa produção intelectual.

Desta forma, o exercício da administração universitária tornar-se-á pouco atraente para o professor de qualificação incompleta, o que, por um lado, estimulará este a completar sua formação e, por outro lado, elevará o nível dos candidatos a estes cargos, facilitando a escolha, que pode muito bem ser feita com a salutar participação da comunidade universitária, agora com sensível diminuição de outros fatores que não os de ordem acadêmica.

Pode-se contra-argumentar que o sistema acima proposto é tão desestimulante que inviabilizará a administração das universidades. Não cremos nisto, pois a maioria dos professores universitários é dotada de alto espírito público e não se furtará a colaborar na administração de sua universidade.

(Transcrito do Jornal do Brasil, edição do dia 21 de novembro de 1989.

Artigo assinado pelo Professor da UFF e da UERJ Renato Valladares.)

O CAPITAL DE ESCOLARIDADE

No mundo, há 965 milhões de maiores de 15 anos analfabetos e 130 milhões de crianças, entre seis e 11 anos, que jamais foram à escola — são dados agora divulgados pela revista *Sources*, de responsabilidade da Unesco. Esses números mostram que se inverteu para pior, decênio recém-encerrado, a tendência das duas décadas anteriores.

É muito grave que mais de quatro séculos decorridos desde do Renascimento, quando, com o Humanismo, se difundiu o apelo das letras e das artes e sobretudo a vontade de aprender, e quando a escola começou a tomar a figura de uma instituição pública, haja número tão elevado de crianças sem escola no Mundo — garantia de uma taxa acumulada de adultos ignorantes no futuro. É como se assistíssemos, neste final de século, a uma degradação do *Homo Sapiens* — nós e nossa civilização.

Uma degradação, aliás, que não fica apenas no nível da inteligência e da razão. Ela atinge o próprio nível da subsistência com um mínimo de dignidade. Porque parece estar definitivamente estabelecida a correlação entre o desenvolvimento econômico e social e a difusão da instrução. O mapa histórico da entrada da Europa no processo de industrialização é o próprio mapa da difusão da instrução: em meados do século XIX, a parte industrialmente mais avançada da Europa (Inglaterra e França) contava de 30 a 40% de analfabetos adultos; países periféricos como Itália, Espanha, Portugal e Grécia ficavam entre 60 e 70%, enquanto no Leste (países balcânicos, Polônia e Rússia), o percentual era de 90 a 95%.

E a contraprova dessa tese se encontra na revolução de Meiji, no Japão: seus líderes, apesar de saídos de uma elite letreada, compreenderam de imediato que, para alcançá-

rem o Ocidente, era preciso empenharem-se na difusão nacional da instrução. E de uma instrução nos padrões de países como os Estados Unidos, a França e Alemanha, cujo sistema escolar estudaram e analisaram. Já em 1871 o Japão contaria com um Ministério da Educação, reflexo da escola tornada a mesma para todos, sem mais ser diferenciada conforme os estamentos sociais — guerreiros, camponeses, artesãos, comerciantes.

Não é difícil, de resto, atinar com o que o simples bom senso mostra: as escolhas que o mundo moderno oferece, por mais sugestivas que sejam, não sensibilizarão jamais massas mantidas na ignorância, que irão se defender na tradição, práticas e hábitos, tornando-se assim refratários a quaisquer mudanças. Só o acesso ao saber desfaz a aparência de temeridade nas mudanças econômicas e sociais.

Não é difícil entender que a própria emancipação da mulher seja função da escolarização: enquanto os conhecimentos úteis se transmitem só dentro do lar e ligados à figura materna, também se assiste à reprodução da discriminação em razão de sexo. É sintomático, a propósito, que esses dados da Unesco revelem ser as meninas as mais prejudicadas pela queda no acesso ao ensino básico: elas representam 60% do total de menores sem escola.

A responsabilidade por esse quadro não pode ser simplesmente levado à conta das diferenças econômicas que separam países e continentes, se a falta de educação é também fator dessa desigualdade. Pode e deve ser levada à conta dos Governos de cada país, que não querem ver quanto o desenvolvimento deriva de uma acumulação peculiar de capital — o capital de escolaridade.

(Transcrito de *O Globo* — editorial da edição de 4 de março de 1990.)